

## Wifi em locais públicos

O Parlamento Europeu (PE) aprovou o **programa WiFi4EU**, destinado a promover a instalação de **pontos de acesso gratuito à internet** sem fios em espaços públicos, como parques, praças, câmaras municipais, bibliotecas e hospitais.

ver pág. 3

## Desemprego Jovem

Os eurodeputados aprovaram um orçamento retificativo destinado a disponibilizar **500 milhões de euros** de dotações de autorização adicionais para a **Iniciativa para o Emprego dos Jovens em 2017**.

ver pág. 7

## Situação na Venezuela

O Parlamento Europeu pediu à UE que analise a possibilidade de proceder ao congelamento de bens e à imposição de restrições de acesso ao território europeu de todas as pessoas envolvidas em **graves violações dos direitos humanos na Venezuela**.

ver pág. 8

## em destaque:

### Discurso do Estado da União

Anualmente o Presidente da Comissão Europeia produz o seu **discurso sobre o estado da União** perante o Parlamento Europeu.

O presidente da Comissão anunciou planos para a criação de um **Ministro Europeu das Finanças**, para a **migração legal**, a **cibersegurança**, os **direitos dos trabalhadores**, o **comércio internacional** e a **União da Defesa**, que deverão ser discutidos e decididos antes do final deste mandato.

Juncker disse que a Europa funcionaria melhor se se **juntasse a presidência da Comissão Europeia com a do Conselho Europeu**. O presidente único deveria ser escolhido tendo em conta os resultados das próximas eleições europeias, em junho de 2019.

A estabilidade orçamental, as taxas de emprego e a contínua recuperação económica abrem uma janela de oportunidades para uma reforma ambiciosa da UE, baseada na liberdade, na igualdade de direitos e no Estado de direito, disse Juncker.

Os eurodeputados discutiram os planos para a defesa, a segurança, a migração legal, o comércio internacional, a equidade social, o reforço da capacidade orçamental da UE e a democratização do processo de decisão europeu, num debate de três horas sobre o estado da União.

**Manfred Weber (PPE, DE)** saudou a visão de Juncker para aprofundar a integração europeia, referindo as preocupações dos cidadãos em relação à globalização. O eurodeputado defendeu uma *“economia social de mercado”* e o reforço dos *“controles nas fronteiras para travar a migração irregular”*. Disse ainda que a Turquia não pode ser acolhida como membro da UE e que é necessária uma União Europeia da Defesa.

**Paulo Rangel (PPE)** sobre os incêndios afirmou: *“Eu penso que estamos na altura de ter uma força europeia de proteção civil que, aliás, em muitos aspetos, seria um embrião daquilo que podem vir a ser umas verdadeiras forças armadas europeias”*.

ver pág. 11

## Índice

<b>Minuto de silêncio no PE pelas vítimas do terrorismo e das catástrofes naturais</b> .....	<b>3</b>
<b>Digital: PE aprova WiFi4EU para promover acesso gratuito à internet em locais públicos</b> .....	<b>3</b>
<b>Eurodeputada Ana Gomes escolhida para nova comissão especial do PE sobre o terrorismo</b> .....	<b>6</b>
<b>Parlamento Europeu aprova mais 500 milhões de euros para combater desemprego dos jovens</b> .....	<b>7</b>
<b>Venezuela: PE defende sanções seletivas contra responsáveis pelas violações dos direitos humanos</b> .....	<b>8</b>
<b>Estado da União: Aproveitar os ventos favoráveis para definir o futuro da UE</b> .....	<b>11</b>
<b>Parlamento Europeu aprova regras para tornar produtos e serviços mais acessíveis às pessoas com deficiência</b> .....	<b>13</b>
<b>Ordem da sessão</b> .....	<b>15</b>

### *Siglas dos Grupos Políticos:*

**PPE**- Partido Popular Europeu  
**S&D**- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas  
**ALDE**- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa  
**Verdes/ALE**- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia  
**CRE**- Conservadores e Reformistas Europeus  
**CEUE/EVN**- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica  
**ELDD**- Europa da Liberdade e da Democracia Directa  
**ENF**- Europa das Nações e da Liberdade

*Responsável: Fernando Vaz das Neves*

*Fontes:*

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site [www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)*

## **Minuto de silêncio no PE pelas vítimas do terrorismo e das catástrofes naturais**

O presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, deu início à sessão plenária relembrando as vítimas dos recentes atentados terroristas em Barcelona e Turku e das catástrofes naturais.

Antonio Tajani manifestou a sua solidariedade para com as famílias das “*vítimas inocentes da fúria assassina do terrorismo internacional*”, que atingiu Barcelona, Cambrils e Turku (Finlândia). “*Sentimo-nos também solidários com os países não europeus alvo desta barbárie*”, acrescentou.

No dia em que se assinala mais um aniversário dos atentados às Torres Gémeas, em 11 de setembro de 2001, Tajani disse que “*cada ataque reforça a nossa determinação de lutarmos unidos contra o terrorismo. Não baixaremos a cabeça*”.

O presidente do PE lembrou também as vítimas das últimas catástrofes naturais na Europa, nas Caraíbas e nos EUA, pedindo em seguida aos eurodeputados que respeitassem um minuto de silêncio.

### **Novos eurodeputados**

Baronesa Nosheena Mobarik (ECR, UK), com efeitos a partir de 8 de setembro  
Jonathan Bullock (EFDD, UK), com efeitos a partir de 1 de agosto  
Dennis Radtke (PPE, DE), com efeitos a partir de 24 de julho  
France Jamet (ENF, FR), com efeitos a partir de 21 de julho  
Wajid Khan (S&D, UK), com efeitos a partir de 29 de junho

### **Eurodeputados cessantes**

Ildikó Gáll-Pelcz (PPE, HU), com efeitos a partir de 31 de agosto  
Petr Mach (EFDD, CZ), com efeitos a partir de 31 de agosto  
Roger Helmer (EFDD, UK), com efeitos a partir de 31 de julho  
Louis Aliot (ENF, FR), com efeitos a partir de 20 de julho  
Mariya Gabriel (PPE, BG), com efeitos a partir de 6 de julho  
Herbert Reul (PPE, DE), com efeitos a partir de 6 de julho

### **Anúncio da abertura de negociações com o Conselho**

Os pedidos das comissões parlamentares para encetarem negociações interinstitucionais sobre propostas legislativas, ao abrigo do Artigo 69.º-C do Regimento do Parlamento Europeu, são publicados na página Web da sessão plenária.

## **Digital: PE aprova WiFi4EU para promover acesso gratuito à internet em locais públicos**

O Parlamento Europeu (PE) aprovou o programa WiFi4EU, destinado a promover a instalação de pontos de acesso gratuito à internet sem fios em espaços públicos, como parques, praças, câmaras municipais, bibliotecas e hospitais.

“*Proporcionar a todos os europeus o acesso gratuito e livre de restrições à internet de alta qualidade em sítios públicos é uma medida de grande simbolismo, que tem muita força política e tem um grande potencial transformador*”, disse o eurodeputado Carlos Zorrinho (S&D), relator do PE sobre a iniciativa WiFi4EU, no debate em plenário.

O regulamento “*garante a neutralidade no acesso à internet, garante também a seleção da melhor tecnologia a aplicar em cada caso, garante o acesso de forma independente da localização geográfica e também dos rendimentos dos utilizadores. Não discrimina ninguém nem nenhum território. Tem um sistema simples de candidatura e uma validação única. Por isso, o WiFi4EU é o embrião de uma Sociedade Europeia a Gigabits, competitiva e inclusiva*”, acrescentou o eurodeputado.

As câmaras municipais, as bibliotecas, os hospitais e outras entidades públicas poderão candidatar-se a financiamento para a instalação de pontos locais de acesso sem fios recorrendo a procedimentos administrativos simples. Estima-se que, até 2020, mais de 6000 locais públicos beneficiem desta iniciativa.

As primeiras candidaturas devem ser lançadas ainda antes do final deste ano ou no início do próximo ano. A UE financiará os custos com o equipamento e a instalação dos pontos de acesso, devendo os beneficiários assegurar que os serviços Wi-Fi gratuitos sejam fornecidos aos cidadãos durante, pelo menos, três anos. O regulamento prevê formas de assistência financeira, por exemplo sob a forma de vales, para cobrir até 100% dos custos elegíveis.

Carlos Zorrinho disse estar convencido que, “*tendo conseguido mobilizar, numa negociação técnica, complexa, 120 milhões de euros para arrancar, vamos conseguir juntar fundos estruturais, fundos nacionais, públicos e privados, para termos um processo muito robusto, muito forte e muito importante para o futuro da Europa*”.

“*O WiFi4EU é um pequeno passo para nós, mas é um grande passo para que a União Europeia tenha um papel liderante no desenvolvimento de uma sociedade digital inclusiva, aberta, transparente, criativa e amiga das pessoas. Liguemo-nos a esta ideia*”, concluiu.

O acordo entre o PE e o Conselho de Ministros da UE sobre a iniciativa WiFi4EU, alcançado em maio, foi aprovado em plenário por 582 votos a favor, 98 contra e nove abstenções. O regulamento terá ainda de ser aprovado pelo Conselho, devendo entrar em vigor nos próximos meses.

#### **Intervenção de eurodeputados portugueses:**

**Carlos Zorrinho (S&D)** “*Senhora Presidente, Senhora Comissária - bem-vinda ao Parlamento -, Senhor Representante do Conselho Europeu, caras e caros Colegas, as pessoas, um pouco por todo o mundo, estão a recorrer cada vez mais às tecnologias e aos serviços digitais. A transformação digital é hoje um processo absolutamente imparável e a história ensina-nos que deixar a tecnologia decidir o futuro das sociedades nunca deu bons resultados. Temos que ser nós a decidir o futuro da tecnologia e, sobretudo, temos que ser nós a determinar aquilo que com essa tecnologia podemos fazer acontecer para termos uma sociedade mais decente, mais justa, segura, sustentável, com mais oportunidades e com maior qualidade de vida para as pessoas e essa escolha constitui um desafio em que podemos envolver, devemos envolver, os cidadãos europeus. Esta é uma oportunidade para motivar esses cidadãos a participarem na refundação da sociedade europeia. É uma oportunidade para voltar a conectá-los com o projeto europeu. A Iniciativa WiFi4EU é um passo importante para atingir este objetivo de reconexão e para concretizar esta visão.*

*Proporcionar a todos os europeus um acesso gratuito e livre de restrições à Internet de alta qualidade em sítios públicos é uma medida de grande simbolismo que tem muita força política e tem um grande potencial transformador. É, aliás, uma medida com tanta força, que o Presidente da Comissão Europeia a usou, o ano passado, no discurso do Estado da União como uma das âncoras da sua intervenção.*

*A partir do desafio lançado nesse momento, o momento mais nobre da prestação de contas da Comissão perante os europeus, fizemos um trabalho estimulante de mobilização e negociação que nos permitiu chegar até aqui. Um trabalho em rede com as regiões, as empresas, a sociedade civil, as instituições e os governos, que permitiu chegar ao ato legislativo que hoje aqui debatemos.*

*A proposta em apreciação garante a neutralidade no acesso à Internet. Garante, também, a seleção da melhor tecnologia a aplicar em cada caso. Garante o acesso, de forma*

*independente da localização geográfica e também dos rendimentos dos utilizadores. Não discrimina ninguém nem nenhum território. Tem um sistema simples de candidatura e uma validação única e, por isso, o WIFI4EU é o embrião de uma Sociedade Europeia a Gigabits competitiva e inclusiva. É, aliás, o embrião de uma identidade digital europeia que resultará da inclusão dos nossos valores comuns na nova sociedade digital.*

*Agradeço, por isso, a todos os que comigo trabalharam neste projeto de relatório. Agradeço ao Comité Económico Social e ao Comité das Regiões, que desde o primeiro momento trabalharam de forma articulada com o Parlamento Europeu e com a Comissão e com o Conselho. Agradeço à Comissão Europeia e ao Conselho pela convergência na procura permanente de boas soluções políticas, económicas, técnicas e financeiras.*

*Agradeço particularmente a todos os meus colegas do Parlamento Europeu, e particularmente aos relatores-sombra, pela força e pelo entusiasmo que colocaram no seu contributo ativo. Agradeço aos secretariados técnicos e políticos, sempre disponíveis para um trabalho que não foi fácil, mas que nos trouxe a bom porto, abrindo novas oportunidades para as pessoas. Apelo, por isso, à aprovação do ato legislativo em debate. É importante que ainda este ano as primeiras candidaturas ocorram e as raízes do WIFI4EU comecem a disseminar-se por toda a União.*

*Termino, o WIFI4EU é um pequeno passo. É um pequeno passo para nós, mas é um grande passo para que a União Europeia tenha um papel liderante no desenvolvimento de uma sociedade digital inclusiva, aberta, transparente, criativa e amiga das pessoas. Liguemo-nos a esta ideia, por um futuro melhor para a União Europeia e para o mundo”.*

**Carlos Coelho (PPE)** *”A digitalização da sociedade e da economia europeia exige respostas que defendam o acesso, a inclusão e a igualdade dos cidadãos europeus na utilização das tecnologias de informação e comunicação. No contexto do pacote de comunicações e da estratégia para o mercado único digital, o projeto-piloto WIFI4EU serve o importante propósito de garantir o acesso universal dos europeus aos benefícios da sociedade da informação através da utilização das redes sem fios.*

*Acompanho o entendimento de que o acesso deve ser universal e gratuito, mas alerta para a necessidade de garantir a proteção dos dados dos utilizadores. Concordo com a preocupação de equilíbrio geográfico e com a adicionalidade (investir apenas onde não existe serviço semelhante). Sublinho a necessidade de garantir um sistema de segurança que impeça a utilização das redes para ações criminosas ou para a sua preparação. Face à dimensão do investimento, sublinho a necessidade de transparência nos processos de contratação e na monitorização do projeto por parte da Comissão. Defendo que a criação destas plataformas inclusivas de acesso gratuito a redes sem fios deve ser acompanhada da criação de serviços públicos online de qualidade (e-health, e-government ou e-tourism, por exemplo).*

*Apoio assim este Relatório e felicito o Deputado Carlos Zorrinho pela sua elaboração”.*

**Fernando Ruas (PPE)** *“Senhora Presidente, Senhora Comissária, é um gosto vê-la nestas novas funções. Queria deixar aqui apenas duas breves notas: em primeiro lugar, para me congratular, e para congratular a Comissão, pela apresentação desta proposta. Possui um sistema de vouchers e de candidaturas simplificadas totalmente inovador, capaz de assegurar o financiamento de equipamentos Wi-fi gratuitos em diversos espaços públicos. Esta medida contemplará áreas situadas pelo menos em 6.000 municípios de todos os Estados-Membros - um número que poderá subir até aos 8.000 municípios caso existam candidaturas suficientes. E uma segunda nota para saudar o trabalho desta Casa, o relator Carlos Zorrinho, que soube introduzir bastantes melhorias no documento inicial num trabalho conjunto bastante profícuo liderado pela Comissão ITRE, mas que envolveu outras três comissões através de pareceres. Na Comissão REGI, de que fui relator-sombra, propus diversas alterações à proposta inicial da Comissão, que vejo com agrado inseridas neste relatório, e refiro-me concretamente à importância da eliminação das barreiras linguísticas na página de acesso e à inclusão dos princípios da coesão económica, social e territorial no articulado deste regulamento, aliás de acordo com o artigo 174.º do Tratado de Lisboa.*

*Termino solicitando apenas à Comissão uma rápida concretização destas ideias constantes portanto, deste regulamento, no território da União”.*

**Marisa Matias (CEUE/EVN)** *“Senhora Presidente, bem-vinda Senhora Comissária, eu quero começar por agradecer o trabalho do relator. Creio que este relatório é importante por várias*

*razões, mas sobretudo porque coloca uma dimensão social muito forte naquilo que, eu creio, que é uma necessidade quotidiana. O acesso à Internet sem fios nos espaços públicos de forma gratuita e livre é um projeto desta Casa do qual eu me orgulho e digo—o sem nenhum problema. Nós temos, no entanto, de salvaguardar que, para que este investimento seja eficaz, o apoio técnico, a informação e os recursos devem ir, sobretudo, para as zonas mais remotas, para as zonas rurais, para as populações e para as comunidades que não têm acesso a ela e eu creio que, nessa dimensão, nós teremos que continuar a fazer trabalho. É importante garantir que o acesso possa ser financiado para toda a gente e, por isso, mais uma vez, saúdo o trabalho que foi feito. Mas temos que continuar a avaliar para que esse dinheiro, esse recurso, esse apoio técnico, essa informação não chegue aos mesmos de sempre, porque a exclusão digital é uma realidade. Eu creio que este relatório é um passo importante para combater a exclusão digital e temos de continuar a trabalhar nesse sentido”.*

## **Eurodeputada Ana Gomes escolhida para nova comissão especial do PE sobre o terrorismo**

**A eurodeputada Ana Gomes (S&D) vai integrar a nova comissão especial do Parlamento Europeu sobre o terrorismo. A lista dos 30 membros efetivos desta comissão foi aprovada em plenário.**

A comissão especial sobre o terrorismo, criada em 6 de julho, irá abordar as “*deficiências de natureza prática e legislativa*” no domínio da luta antiterrorista na UE, com especial destaque para a cooperação e o intercâmbio de informações.

Entre as suas atribuições incluem-se a análise e avaliação da “*dimensão da ameaça terrorista em solo europeu*” e a identificação das “*potenciais falhas e anomalias que tornaram possível os recentes atentados terroristas em diferentes Estados-Membros*”.

Os eurodeputados irão, em particular:

- identificar as deficiências na partilha de dados entre os Estados-Membros ao nível das autoridades judiciais, dos responsáveis pela aplicação da lei e dos serviços de informações;
- analisar e avaliar o desempenho das bases de dados europeias, como o Sistema de Informação de Schengen (SIS), e a sua interoperabilidade;
- analisar e avaliar a aplicação das atuais medidas e instrumentos no domínio da gestão das fronteiras externas;
- avaliar o impacto da legislação antiterrorista da UE e da sua execução no domínio dos direitos fundamentais;
- recolher informações e analisar o processo de radicalização e a eficácia dos programas de desradicalização existentes num número limitado de Estados-Membros;
- avaliar a eficácia da cooperação no domínio da luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, bem como estabelecer contactos com representantes do setor bancário e as autoridades responsáveis pela investigação de fraudes para identificar novas formas de financiamento do terrorismo, incluindo as suas ligações à criminalidade organizada;
- analisar o atual intercâmbio das melhores práticas e a colaboração entre as autoridades nacionais e os organismos europeus no que diz respeito à proteção de alvos vulneráveis, como aeroportos e estações de caminho de ferro.

A duração do mandato da comissão especial é de 12 meses, podendo ser prorrogado. Esta deve apresentar ao PE um relatório intercalar e um relatório final com as conclusões factuais e as recomendações sobre as medidas e iniciativas a tomar.

A comissão especial irá efetuar visitas e realizar audições com as instituições e agências europeias pertinentes, instituições internacionais e os parlamentos e governos dos Estados-Membros e de países terceiros.

Os eurodeputados irão também estabelecer contactos com os funcionários diariamente envolvidos na luta contra o terrorismo, como, por exemplo, organismos responsáveis pela aplicação da lei, autoridades policiais, serviços de informações, juizes e magistrados, assim como representantes da sociedade civil, incluindo organizações de vítimas.

*Nota: Apenas a lista dos membros "titulares" (efetivos) é submetida à votação do plenário. Os membros suplentes serão ainda nomeados pelos grupos políticos (segundo o Regimento do PE, os grupos políticos e os deputados não inscritos podem nomear para cada comissão um número de membros suplentes igual ao número de membros titulares que os representam nessa comissão).*

#### **Intervenção de Eurodeputados Portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE)** *“Apoiei a criação desta comissão especial temporária. Fi-lo por considerar que o Combate ao terrorismo é uma prioridade deste parlamento. Os atentados com as suas vítimas inocentes e com a tentativa de semear o terror reforçam essa necessidade. Espero que a Comissão agora empossada ajude a encontrar soluções eficazes e ponderadas. Insisto que não podemos legislar a quente. E há que recusar soluções simplistas que na ilusão de venderem mais segurança prejudicam as nossas liberdades fundamentais fazendo o jogo dos terroristas. Sabemos que a prevenção, o combate e a investigação do terrorismo, por natureza transnacional, só podem ser eficazes se tivermos uma abordagem europeia e coordenada. Para tal precisamos – sem receio – de saber o que falhou a nível nacional, o que falhou a nível europeu, porque não foram utilizados os sistemas de informação disponíveis. Este é o ponto de partida para prepararmos o futuro da segurança na Europa. Espero que esta Comissão comece por aí”.*

## **Parlamento Europeu aprova mais 500 milhões de euros para combater desemprego dos jovens**

**Os eurodeputados aprovaram um orçamento retificativo destinado a disponibilizar 500 milhões de euros de dotações de autorização adicionais para a Iniciativa para o Emprego dos Jovens em 2017.**

O Parlamento Europeu (PE) insta a Comissão e os Estados-Membros a garantirem a *“rápida reprogramação dos programas operacionais relevantes, a fim de assegurar que a totalidade da dotação adicional da IEJ no montante de 500 milhões de euros seja afetada de forma eficiente até ao final de 2017”.*

A criação da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) foi acordada em 2013, como resposta aos níveis excecionalmente elevados de desemprego jovem na UE, com uma dotação específica de 3,2 mil milhões de euros a preços correntes (acompanhada por 3,2 mil milhões do Fundo Social Europeu), a fim de prestar apoio específico aos jovens sem emprego, que não frequentem sistemas de ensino ou de formação e que residam em regiões com taxas de desemprego jovem superiores a 25% em 2012. A fim de acelerar a execução, a totalidade da verba em termos de dotações de autorização no período 2014-2020 foi antecipada para 2014 e 2015.

No contexto da revisão intercalar do quadro financeiro plurianual, o PE e o Conselho chegaram a acordo sobre uma majoração de 1,2 mil milhões de euros para a IEJ para o período 2017-2020.

A IEJ prestou apoio direto a mais de 1,4 milhões de jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação nas regiões mais carenciadas da UE, de acordo com dados da Comissão Europeia de outubro de 2016.

Portugal registou uma taxa de desemprego jovem (pessoas com menos de 25 anos) de 23,8% no mês de julho, contra 27,1% no mesmo mês do ano passado e 23,7% em junho deste ano, segundo dados do Eurostat. As taxas mais elevadas foram registadas na Grécia (44,4% em maio), Espanha (38,6%), Itália (35,5%) e Croácia (26,4% em junho).

O orçamento rectificativo foi aprovado em plenário por 574 votos a favor, 113 contra e duas abstenções.

## **Venezuela: PE defende sanções seletivas contra responsáveis pelas violações dos direitos humanos**

**O Parlamento Europeu (PE) pediu à UE que analise a possibilidade de proceder ao congelamento de bens e à imposição de restrições de acesso ao território europeu de todas as pessoas envolvidas em graves violações dos direitos humanos na Venezuela.**

Os eurodeputados rejeitam a eleição de uma Assembleia Constituinte na Venezuela, em 30 de julho, uma vez que *“esta constitui uma violação da separação de poderes e do respeito pelo direito dos cidadãos a expressarem livremente as suas opiniões políticas, através de instituições legítimas e democraticamente eleitas”*.

O PE *“não reconhece estas eleições ou quaisquer ações ou decisões tomadas pela recém-criada assembleia, devido à sua falta de legitimidade”*, diz um relatório sobre as relações políticas da UE com a América Latina, aprovado em plenário por 526 votos a favor, 96 contra e 59 abstenções.

A assembleia europeia lamenta o contexto de violência que provocou numerosos mortos e feridos e manifesta a sua preocupação com a *“perseguição ilegal e a repressão dos deputados democraticamente eleitos à Assembleia Nacional”*. *Rejeita também “a destituição e a perseguição política da Procuradora-Geral Luisa Ortega Díaz, bem como de todos os membros do Supremo Tribunal de Justiça nomeados pela legítima Assembleia Nacional da Venezuela”*.

Os eurodeputados apoiam plenamente as investigações do Tribunal Penal Internacional relativas aos *“numerosos crimes e atos de repressão perpetrados pelo regime venezuelano”* e exortam a UE a desempenhar um papel ativo a este respeito.

O PE insta a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Federica Mogherini, e o Conselho Europeu a *“analisarem a possibilidade de proceder ao congelamento de bens e à imposição de restrições de acesso ao território da UE de todas as pessoas envolvidas em graves violações dos direitos humanos na Venezuela, incluindo dos membros da Assembleia Constituinte não reconhecida”*.

### **Parcerias mais fortes com os países da América Latina**

Este relatório dá a visão do PE sobre o que devem ser as relações entre a UE e a América Latina. O PE recomenda, entre outras medidas:

- a aceleração das negociações UE-Mercosul, com vista a obter um acordo de associação abrangente, equilibrado e mutuamente benéfico, a fim de completar a atual rede de acordos entre a UE e a América Latina;



- o combate da corrupção através de medidas desde a prevenção à aplicação da lei, às ações penais e à aplicação efetiva de convenções anticorrupção multilaterais e internacionais, bem como a introdução de novas disposições internacionais sobre a troca automática de informações fiscais e o levantamento do sigilo bancário;
- o reforço da cooperação no domínio da segurança e defesa, através da coordenação policial e militar, prestando especial atenção à partilha de informações;
- o estabelecimento de um corpo de ajuda para situações de emergência especiais, designadamente catástrofes naturais e humanitárias;
- uma maior cooperação com recursos económicos, a nível bilateral, sob a forma de participação universitária, bolsas de estudo, intercâmbio de conhecimentos e mobilidade internacional entre estudantes da UE e dos países da América Latina e Caraíbas (ALC), em particular com o reforço do programa Erasmus+;
- uma maior cooperação em questões ambientais, com especial destaque para a transição energética e o processo de descarbonização.

Dois países da América Latina, o Brasil e o México, foram já identificados como parceiros estratégicos da UE.

#### **Intervenção de Eurodeputados Portugueses:**

**Francisco Assis (S&D)** *“Senhor Presidente, Senhor Comissário, nós, na verdade, já há dois ou três anos a esta parte que vimos aqui discutir - com carácter quase sistemático - a questão da Venezuela e temos, reiteradamente, feito apelos no sentido do compromisso de ambas as partes e da promoção de um diálogo mediado, até por instâncias internacionais, que estão acima de toda a suspeita.*

*Infelizmente o resultado de tudo isto é o fortalecimento de um regime despótico, que tem posto em causa as liberdades fundamentais do povo venezuelano, que pôs em causa o princípio da separação dos poderes, que promoveu a eleição fantasma de uma Assembleia Constituinte que não é verdadeiramente representativa do povo soberano da Venezuela e que lançou o país numa verdadeira crise humanitária.*

*Hoje, a Venezuela vive uma autêntica catástrofe humanitária. O que significa que todos estes pedidos que nós temos feito no sentido de promover o diálogo e o compromisso têm sido em vão. Eu não vou ao ponto de dizer que não devemos prosseguir por esse caminho. Evidentemente que esse caminho é um caminho que deve ser seguido até aos limites. Mas também devo dizer que nós não podemos, do meu ponto de vista e a minha opinião particular, ficar por aqui e, por isso mesmo, tenho, neste momento, uma grande abertura mental para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza seletiva a algumas das principais figuras da Venezuela, porque estou certo de que isso pode contribuir para pôr em causa o núcleo duro de um regime absolutamente despótico que está a pôr em causa os direitos fundamentais dos venezuelanos”.*

**Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE)** *“Senhora Presidente, escusado será caracterizar exaustivamente a crise económica, política e social em que a Venezuela se encontra mergulhada há demasiado tempo, mas nunca será demasiado exigir respostas, exigir apoio, perante o regime que já ceifou a vida a mais de 130 pessoas e que diariamente coarta liberdade a milhares de cidadãos. A voz crítica às recorrentes violações dos direitos humanos não se faz ouvir apenas aqui, no Parlamento. Também hoje, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos se pronunciou relativamente a esta emergência e, ontem, o Papa Francisco deu voz ao apelo de milhares para que se ponha fim a esta crise humanitária. Até quando e quantas mais vozes serão necessárias?*

*Continua instalado o medo e as eleições de 15 de outubro estão já à porta. O receio de que este seja um instrumento para, uma vez mais, calar os candidatos que se opõem ao regime ditatorial está presente. Peço-lhe, por favor, que leve esta mensagem à Sra. Mogherini, que hoje, infelizmente, está ausente, dizer-lhe que a ajuda humanitária não chega devidamente às populações, o Governo impede a entrada de medicamentos e alimentos. Em junho perguntei à Sra. Mogherini: o que faz a União em termos de corredores humanitários? Não*

*estou satisfeita com a resposta que recebi e, por isso, por ser evasiva, volto a colocá-la: que garantias nos dá hoje e que garantias têm os venezuelanos de que essa ajuda lhes vai chegar? Desde há um ano a Madeira tem recebido cerca de 3 mil imigrantes de primeira geração, luso-descendentes e cônjuges. Continuam a chegar também venezuelanos. Pergunto que mecanismos, que apoios, que fundos pode a União disponibilizar aos seus Estados para apoiar os venezuelanos que fogem do seu próprio país?  
A violação dos princípios do Estado de direito não é uma realidade paralela, como vergonhosamente anuncia a extrema-esquerda portuguesa. Realidade paralela parece, sim, um mundo em que os comunistas elevam e apoiam este tipo de regime”.*

**Carlos Zorrinho (S&D)** *“Senhor Presidente, Senhor Comissário, sei bem o empenho da União Europeia em contribuir para uma solução para a grave crise na Venezuela. A situação tem-se vindo a agravar. A União Europeia não pode ser uma espécie de observador privilegiado. Temos que ser atores sólidos e ponderados.*

*O apelo à negociação e ao compromisso entre as partes, sendo meritório, beneficia quem está numa posição de incumprimento e sem compromisso à vista. Temos que trabalhar com determinação nas garantias e nas consequências para quem as quebrar ostensivamente.*

*O povo venezuelano tem sido profundamente martirizado. Por isso, sanções que tornem ainda mais difícil a vida do povo venezuelano não são uma boa solução. Mas medidas que dificultem a vida dos dirigentes que ofendem reiteradamente os princípios da legalidade democrática são urgentes e tornam-se cada vez mais inadiáveis”.*

**Nuno Melo (PPE)** *“Senhor Presidente, há dias, Nicolás Maduro disse que está pronto a tornar-se um ditador se isso for necessário para estabilizar os preços e recuperar a turbulenta economia do seu país. Puro engano, Nicolás Maduro não está disposto a tornar-se um ditador. Nicolás Maduro já é um ditador e não é por estar preocupado com os preços ou a economia da Venezuela. Vindo de quem destruiu a economia de um dos países mais ricos do mundo, só por anedota um argumento assim.*

*Nicolás Maduro não se importa de ser um ditador, mesmo que isso signifique, como significa, lançar todo um povo na pobreza, como lançou. Um Presidente que, como denunciado pela ONU, permite a tortura, prisões arbitrárias e a morte de manifestantes da Venezuela, é um ditador. Um Presidente que isola o seu país da comunidade democrática internacional, é um ditador. Um Presidente que aniquila a propriedade privada, mata a imprensa livre e nacionaliza os meios de produção, é um ditador. Um Presidente que silencia um parlamento pelo facto de ter uma maioria que lhe é oposta e faz um simulacro eleitoral para ficcionar uma Assembleia Constituinte toda da sua cor, é um ditador.*

*Santo Agostinho dizia que enquanto houver vontade de lutar haverá esperança de vencer. A Venezuela vencerá e quanto mais ouço aqui a extrema-direita ligada à extrema-esquerda nos exatos e nos mesmos argumentos, mais tenho essa certeza”.*

*A Venezuela vencerá, as democracias vencerão.*

**José Inácio Faria (PPE)** *“Senhor Presidente, caros Colegas, deixando de histórias e de fantasias: a realidade é que as várias resoluções de condenação da repressão do regime de Maduro aprovadas nesta casa e as tentativas de mediação da comunidade internacional não só não conseguiram criar um espaço de diálogo que permita restabelecer a ordem constitucional e a democracia na Venezuela, como não conseguiram evitar a criação de um órgão usurpador das competências legislativas da Assembleia Nacional, democraticamente eleita, nem conduzir à libertação dos 603 opositores - 13 deles de origem europeia -, que permanecem presos por motivos políticos, ou sequer levar à abertura de um canal humanitário. A este propósito chamo a vossa atenção para uma notícia de hoje que dá conta da intenção criminosa do governo venezuelano de não permitir aos seus cidadãos o acesso a cuidados de saúde, proibindo 900 contentores de medicamentos provenientes da América Latina de entrarem no país. Face à gravidade desta crise política e humanitária torna-se urgente que a União adote medidas individuais e seletivas contra os responsáveis por esta situação, incluindo pelos eventuais crimes contra a humanidade, segundo palavras do próprio Alto-Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas.*

*Não se trata, ao contrário do que o regime venezuelano afirma, e a extrema-esquerda, de uma declaração de guerra económica a partir do exterior. Trata-se, isso sim, de apoiar uma transição pacífica naquele país e de homenagear a memória dos 130 venezuelanos que, desde abril, perderam a vida pelo simples facto de reclamarem o respeito pelo Estado de*

*Direito, pelas liberdades fundamentais e pela democracia no seu país”.*

**João Pimenta Lopes (CEUE/EVN)** *“Senhor Presidente, o ódio que aqui se destila é o ódio neocolonial de quem despreza e rejeita que um povo - soberanamente - tome em mãos as rédeas do seu destino. Assim o faz há 18 anos o povo venezuelano, rejeitando o jugo e a exploração capitalista, construindo um modelo de sociedade distinto que logrou, neste período, alcançar um avanço de desenvolvimento social, político, cultural, educativo, que poucos ou nenhuns países da União Europeia podem reclamar.*

*O vosso ódio, projetado mediaticamente pela mentira, promove e alimenta uma direita reacionária, fascista, que na Venezuela - com o apoio dos Estados Unidos e da União Europeia - tem promovido, nos últimos anos, um aumento, cada vez maior, da violência desproporcionada e uma profunda desestabilização económica e social. Um ódio que visa sanções que ignoram a norma constitucional do país. O mesmo ódio que impõe agora criminosas sanções contra a Venezuela, de que serão vítimas, em primeira mão, o povo venezuelano, espalhando a fome e a miséria através de um feroz bloqueio económico que apenas serve os vossos objetivos e interesses económicos e geoestratégicos”.*

## **Estado da União: Aproveitar os ventos favoráveis para definir o futuro da UE**

- O Roteiro UE 2025 baseado nos valores democráticos e num processo de decisão eficiente
- Avançar na Defesa, Segurança, Energia, Digital, União Monetária e Mercado de Capitais
- Igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e reforço da competitividade da indústria
- Criação de agências da UE sobre direitos dos trabalhadores, cibersegurança e antiterrorismo

**A maioria dos líderes dos grupos políticos saudou a visão ambiciosa do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, para uma Europa forte e unida.**

Os eurodeputados discutiram os planos para a defesa, a segurança, a migração legal, o comércio internacional, a equidade social, o reforço da capacidade orçamental da UE e a democratização do processo de decisão europeu, num debate de três horas sobre o estado da União.

**Antonio Tajani**, presidente do Parlamento Europeu (PE), deu as boas-vindas ao presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, ao colégio de comissários e à presidência estónia do Conselho, recordando as expectativas dos cidadãos europeus em relação ao reforço da cooperação na UE em matéria de migração, terrorismo, crescimento económico e direitos sociais.

A estabilidade orçamental, as taxas de emprego e a contínua recuperação económica abrem uma janela de oportunidades para uma reforma ambiciosa da UE, baseada na liberdade, na igualdade de direitos e no Estado de direito, disse **Juncker**.

O presidente da Comissão anunciou planos para a criação de um Ministro Europeu das Finanças, para a migração legal, a cibersegurança, os direitos dos trabalhadores, o comércio internacional e a União da Defesa, que deverão ser discutidos e decididos antes do final deste mandato.

Juncker disse que a Europa funcionaria melhor se se juntasse a presidência da Comissão Europeia com a do Conselho Europeu. O presidente único deveria ser escolhido tendo em conta os resultados das próximas eleições europeias, em junho de 2019.

**Manfred Weber (PPE, DE)** saudou a visão de Juncker para aprofundar a integração europeia, referindo as preocupações dos cidadãos em relação à globalização. O

eurodeputado defendeu uma “*economia social de mercado*” e o reforço dos “*controles nas fronteiras para travar a migração irregular*”. Disse ainda que a Turquia não pode ser acolhida como membro da UE e que é necessária uma União Europeia da Defesa.

**Gianni Pittella (S&D, IT)** propôs medidas para obrigar as multinacionais que fogem ao fisco a pagar o que devem, para combater a exploração dos trabalhadores e para a criação de uma garantia infantil. O eurodeputado pediu a abertura de vias para a migração legal, visto que fechar as vias ilegais não é suficiente.

**Syed Kamall (ECR, UK)** afirmou que, para proteger os cidadãos, “*a Europa não pode ser protecionista*”, defendendo a criação de mais oportunidades em vez de mais regulação. “*Os planos da UE para o crescimento não criam emprego. São as empresas que criam emprego*”, frisou.

Foi um discurso “*repleto de ambição para 2019*”, disse **Guy Verhofstadt (ALDE, BE)** sobre a intervenção de Juncker. O eurodeputado felicitou-se pelo esbater da onda populista na Áustria, na Holanda e na França, salientando que a maioria dos cidadãos europeus quer mais ação por parte da UE.

**Patrick Le Hyaric (CEUE/EVN, FR)** defendeu que o Plano Juncker deve ser transformado num grande fundo social e ambiental. Chegou a hora de construir uma UE que combine humanismo social e progresso ecológico, com uma diretiva justa sobre o destacamento dos trabalhadores, salários mínimos, proteção das pensões, erradicação da pobreza e igualdade de géneros, defendeu.

**Philippe Lamberts (Verdes/ALE, BE)** disse que é preciso reconciliar os cidadãos europeus com a própria ideia de União Europeia. O eurodeputado considera que a União deve centrar-se na redução das desigualdades, na redução do impacto ecológico e na reorientação da política comercial.

“*Não aprendeu nada com o Brexit*”, disse **Nigel Farage (EFDD, UK)** a Juncker, criticando as propostas do presidente da Comissão para aprofundar a integração europeia “*sem a aprovação dos cidadãos*”. O eurodeputado acrescentou que a atitude da Comissão Europeia face à Polónia e à Hungria fazem lembrar o antigo regime soviético.

**Harald Vilimsky (ENF, AT)** rejeitou a ideia de expansão da zona euro e da União da Defesa, assim como a livre circulação de trabalhadores na UE e a entrada de migrantes africanos e árabes.

#### **Intervenção de Eurodeputados Portugueses:**

**Paulo Rangel (PPE)** “*Cara Presidente, caro Presidente Juncker, em primeiro lugar permita-me cumprimentá-lo e agradecer-lhe o discurso de hoje que dá um novo impulso e que nos encoraja a todos aqueles que, tal como o Presidente Juncker, amamos a Europa.*

*la fazer-lhe aqui um desafio que não está no rol das suas preocupações imediatas, pelo menos daquelas que apresentou aqui. Houve este ano uma grande onda de incêndios em Portugal, com consequências trágicas, tem havido inundações por toda a Europa, ainda agora na Polónia com consequências trágicas, vimos no ano passado vários terremotos em Itália, também este ano na Grécia, sabemos que com as alterações climáticas vai haver muitos destes acidentes.*

*Não seria altura de criarmos uma verdadeira Força Europeia de Proteção Civil que, por um lado, está muito ligada também à segurança interna - pode ter missões também no Mediterrâneo, de salvamento etc. -, mas que poderia, sempre que haja um grande desastre destes, em poucas horas, deslocar-se para o local do desastre e ajudar as forças nacionais a combaterem estas catástrofes e a minorarem as suas consequências? Eu penso que estamos na altura de ter uma força europeia de proteção civil que, aliás, em muitos aspetos, seria um embrião daquilo que podem vir a ser umas verdadeiras forças armadas europeias”.*

**Maria João Rodrigues (S&D)** “*Mr President, this is the moment for us, as a last shot, to have real vision and ambition. What is at stake for this legislature? It is indeed to develop the*

*European house and to move to the next stage, a new floor. It is to make Europe not only a single market or a eurozone, but also a political entity able to respond to the new world in front of us. We need the European Union to be a big democratic power, supporting our way of life and making sure that we have the means to deliver our values and our way of life. We need new means for peace and security, to manage migration and to support development. But to have this, we need a brand new Community budget for the future, based on new own resources; we need to turn to the future and not the past. This means, when it comes to own resources, that big corporations should pay their taxes because while they should benefit from the single market, they should pay what they owe.*

*If we have in mind a new democratic political entity, this can only be based on stronger European citizenship, above all fully respecting the fundamental political rights of our citizens, but also making sure that we can count on updated social standards with regard to access to social protection and to skills, but also making sure that everybody in employment, whatever kind of job they have, can count on a decent labour contract and access to social protection. This should be the ambition of the upcoming European Social Pillar, but can we say that this Europe, as a land of equal opportunity, of fairness, is being delivered to all European citizens? We do not think so. Europe is still working as a machine for divergence and inequality and we need to reverse this very undermining trend. So we call on the Commission to come up with an ambitious proposal for the European budget, turning the European project into a project for equality and convergence. This should apply to the European Union as a whole and also to the eurozone. This is our request for the upcoming work of the Commission”.*

## **Parlamento Europeu aprova regras para tornar produtos e serviços mais acessíveis às pessoas com deficiência**

**Os Telefones, computadores, máquinas de emissão de bilhetes, livros eletrônicos, serviços bancários e terminais de pagamento são alguns dos produtos e serviços que deverão ser mais acessíveis na UE, segundo uma proposta de “lei europeia da acessibilidade” votada pelo Parlamento Europeu.**

Cerca de 80 milhões de cidadãos da UE são, em maior ou menor grau, afetados por uma deficiência. Em virtude do envelhecimento da população, prevê-se que este número venha a aumentar para 120 milhões até 2020.

*“É fundamental que a presente diretiva abranja as pessoas com deficiência, assim como as pessoas com limitações funcionais temporárias ou permanentes”, como os idosos, as mulheres grávidas e as pessoas que viajam com bagagem, “a fim de garantir benefícios reais e uma vida independente para uma parte mais ampla da sociedade”, disse o Parlamento Europeu (PE).*

### **Melhorar a qualidade de vida das pessoas**

A proposta de “lei europeia da acessibilidade” estabelece requisitos de acessibilidade para certos produtos e serviços, como caixas automáticas (ATM), máquinas de emissão de bilhetes e de registo automático (check-in), computadores pessoais, sistemas operativos, telefones e equipamentos de televisão, serviços bancários para uso dos consumidores, livros eletrônicos, comércio eletrônico e serviços de transporte, *“incluindo os transportes públicos urbanos, nomeadamente sistemas de metropolitano, caminhos-de-ferro, elétricos, tróleis e autocarros”*, bem como os serviços conexos, clarificou o PE.

Os eurodeputados acrescentaram outros produtos e serviços à lista proposta pela Comissão Europeia, entre os quais terminais de pagamento, serviços de turismo, leitores de livros eletrônicos e serviços baseados em sítios Web e dispositivos móveis de serviços de comunicação social audiovisual.

Os requisitos de acessibilidade deverão também abranger as “áreas construídas” onde os serviços são prestados, incluindo as infraestruturas de transportes, “no que se refere à construção de novas infraestruturas e a renovações que resultem numa alteração substancial da estrutura do edifício existente”, a fim de otimizar a sua utilização por pessoas com deficiência, defendeu o PE.

A lei europeia da acessibilidade irá determinar o que tem de ser acessível, mas não irá impor soluções técnicas detalhadas sobre como tornar os produtos e serviços acessíveis, permitindo assim a inovação.

### **Microempresas isentas**

As microempresas não serão obrigadas a cumprir os requisitos de acessibilidade previstos na proposta de diretiva, decidiram os eurodeputados, tendo em conta a sua dimensão, os seus recursos e a sua natureza.

*“A introdução dos requisitos de acessibilidade deve ser feita, por um lado, do modo mais eficaz possível e de forma a gerar os menores encargos possíveis para os operadores económicos e os Estados-Membros”, diz o texto aprovado em plenário.*

Ao avaliar se a conformidade com os requisitos de acessibilidade impõe um “encargo desproporcionado” aos operadores económicos, apenas deverão ser tidas em conta razões legítimas. “A falta de prioridade, tempo ou conhecimento não deverão constituir razões legítimas”, clarificaram os eurodeputados.

### **Próximos passos**

A proposta emendada foi aprovada em plenário por 537 votos a favor, 12 contra e 89 abstenções. O texto terá ainda de ser negociado com o Conselho da UE, onde estão representados os governos nacionais, tendo em vista alcançar um acordo sobre a legislação final. O Conselho ainda não chegou a uma posição sobre esta proposta.

### **Intervenção de Eurodeputados Portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE)** *“A presente Directiva visa melhorar o funcionamento do mercado interno de produtos e serviços acessíveis através da supressão dos obstáculos criados pela legislação divergente e evitar a criação de novos obstáculos que possam surgir de obrigações internacionais.*

*Apoio o Relatório Løkkegaard por considerar que a proposta de “lei europeia da acessibilidade” vem finalmente estabelecer requisitos de acessibilidade para certos produtos e serviços, como caixas automáticas, máquinas de emissão de bilhetes e de registo automático, computadores pessoais, sistemas operativos, telefones e equipamentos de televisão, serviços bancários para uso dos consumidores, livros eletrónicos, serviços de transporte e comércio eletrónico respondendo às necessidades de 80 milhões de cidadãos europeus afectados por uma deficiência.*

*Nem sempre é fácil articular estas novas obrigações decorrentes da presente diretiva com a realidade das nossas empresas europeias como é o caso das microempresas. Creio que se deve adoptar um critério de proporcionalidade sendo os encargos para as pequenas e médias empresas resultantes da presente diretiva limitados.*

*Congratulo-me com o facto de se ter aditado à Lista proposta pela Comissão outros serviços entre os quais terminais de pagamento, leitores de livros eletrónicos e serviços baseados em sítios Web e dispositivos móveis de serviços de comunicação social audiovisual.”.*

# Ordem do dia 11 a 14 Setembro de 2017

## ► Segunda-feira, 11 de Setembro

**17:00 - 23:00**

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Adesão da UE à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica - *Relatório intercalar: Christine Revault D'Allonnes Bonnefoy*

Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (RCLE-UE): manutenção das atuais limitações ao âmbito de aplicação às atividades da aviação e preparação da aplicação de uma medida baseada no mercado global a partir de 2021 - *Relatório: Julie Girling (A8-0258/2017)*

Inclusão das emissões e remoções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, a alteração do uso do solo e as florestas no quadro relativo ao clima e à energia para 2030 - *Relatório: Norbert Lins (A8-0262/2017)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Transparência, responsabilidade e integridade nas instituições da UE - *Relatório: Sven Giegold (A8-0133/2017)*

Estratégia Espacial para a Europa - *Relatório: Constanze Krehl (A8-0250/2017)*

Impacto do comércio internacional e das políticas comerciais da UE nas cadeias de valor mundiais - *Relatório: Maria Arena (A8-0269/2017)*

Formação universitária contínua e à distância como parte da Estratégia europeia em prol da aprendizagem ao longo da vida - *Relatório: Milan Zver (A8-0252/2017)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

## ► Terça-feira, 12 de Setembro

**09:00 - 12:20**

Promoção de conectividade à Internet em comunidades locais - *Relatório: Carlos Zorrinho (A8-0181/2017)*

Medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás - *Relatório: Jerzy Buzek (A8-0310/2016)*

Escândalo do fipronil: como melhorar o sistema da UE de troca rápida de informações no que respeita a alimentos para consumo humano e animal - *Declarações do Conselho e da Comissão*

**12:30**

Declaração do Presidente

**12:30 - 14:30 VOTAÇÃO**

Pedido de levantamento da imunidade de Marie-Christine Boutonnet - *Relatório: Heidi Hautala (A8-0259/2017)*

Nomeação de Simon Busuttill para o comité criado pelo artigo 255.º do TFUE - *Proposta de decisão*

Composição nominal da Comissão Especial sobre o Terrorismo

Acordo UE-Islândia sobre a proteção das indicações geográficas dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios - *Recomendação: David Borrelli (A8-0254/2017)*

Acordo UE-Islândia relativo à concessão de preferências comerciais suplementares para produtos agrícolas - *Recomendação: David Borrelli (A8-0256/2017)*

Aplicação da Diretiva «Mediação» - *Relatório: Kostas Chrysogonos (A8-0238/2017)*

Funcionamento do sistema de franquias no setor retalhista - *Relatório: Dennis de Jong (A8-0199/2017)*

Estratégia Espacial para a Europa - *Relatório: Constanze Krehl (A8-0250/2017)*

Formação universitária contínua e à distância como parte da Estratégia europeia em prol da aprendizagem ao longo da vida - *Relatório: Milan Zver (A8-0252/2017)*

Revogação de regulamentos obsoletos relativos aos setores das vias navegáveis interiores e do transporte rodoviário de mercadorias - *Relatório: Karima Delli (A8-0228/2017)*

Promoção de conectividade à Internet em comunidades locais - *Relatório: Carlos Zorrinho (A8-0181/2017)*

Medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás - *Relatório: Jerzy Buzek (A8-0310/2016)*

Caça à baleia na Noruega - *Proposta de resolução*

Adesão da UE à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica - *Relatório intercalar: Christine Revault D'Allonnes Bonnefoy*

Impacto do comércio internacional e das políticas comerciais da UE nas cadeias de valor mundiais - *Relatório: Maria Arena (A8-0269/2017)*

### **15:00 - 23:00**

Apresentação pelo Conselho da sua posição sobre o projeto de orçamento geral — exercício de 2018 - *Declaração do Conselho*

Exportação de armas: aplicação da Posição Comum 2008/944/PESC - *Relatório: Bodil Valero (A8-0264/2017)*

Situação na Coreia do Norte - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Desenvolvimentos recentes no respeitante à migração - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Relações UE-Turquia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação na Venezuela - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Relações políticas da UE com a América Latina - *Relatório: Javi López (A8-0268/2017)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Relações políticas da UE com a Índia - *Relatório: Cristian Dan Preda (A8-0242/2017)*

Corrupção e direitos humanos em países terceiros - *Relatório: Petras Auštrevičius (A8-0246/2017)*

### **► Quarta-feira, 13 de Setembro**

#### **09:00 - 11:50 DEBATE PRIORITÁRIO**

Estado da União - *Declaração do Presidente da Comissão*

#### **12:00 - 14:00 VOTAÇÃO**

Acordo multilateral sobre o estabelecimento de um Espaço de Aviação Comum Europeu (EACE) - *Recomendação: Roberts Zīle (A8-0260/2017)*

Submissão do acrilofentanil a medidas de controlo - *Relatório: Brice Hortefeux (A8-0284/2017)*

Relações políticas da UE com a Índia - *Relatório: Cristian Dan Preda (A8-0242/2017) 7*

Mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Itália - *Relatório: Giovanni La Via (A8-0280/2017)*

Projeto de orçamento rectificativo n.º 4/2017 que acompanha a proposta de mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Itália - *Relatório: Jens Geier (A8-0281/2017)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2017/002 FI/Microsoft 2 - *Relatório: Petri Sarvamaa (A8-0278/2017)*

Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (RCLE-UE): manutenção das atuais limitações ao âmbito de aplicação às atividades da aviação e preparação da aplicação de uma medida baseada no mercado global a partir de 2021 - *Relatório: Julie Girling (A8-0258/2017)*



Inclusão das emissões e remoções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, a alteração do uso do solo e as florestas no quadro relativo ao clima e à energia para 2030 - *Relatório: Norbert Lins (A8-0262/2017)*

Modelo uniforme de título de residência para os nacionais de países terceiros - *Relatório: Jussi Halla-aho (A8-0065/2017)*

Objecção nos termos do artigo 105.º do Regimento: Regulamento delegado da Comissão, de 2 de junho de 2017, que completa o Regulamento (UE) n.º 609/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos específicos em matéria de composição e informação aplicáveis aos substitutos integrais da dieta para controlo do peso

Objecção nos termos do artigo 106.º do Regimento: projeto de decisão de execução da Comissão que autoriza a colocação no mercado de produtos que contenham, sejam constituídos por, ou produzidos a partir de soja geneticamente modificada DAS-68416-4

Objecção nos termos do artigo 106.º do Regimento: projeto de regulamento de execução da Comissão que altera o Regulamento de Execução (UE) 2016/6 da Comissão que impõe condições especiais à importação de géneros alimentícios e alimentos para animais originários ou expedidos do Japão após o acidente na central nuclear de Fukushima

Projeto de orçamento rectificativo n.º 3/2017: recursos orçamentais da Iniciativa para o Emprego dos Jovens; quadros do pessoal da ACER e da SESAR 2 - *Relatório: Jens Geier (A8-0282/2017)*

Exportação de armas: aplicação da Posição Comum 2008/944/PESC - *Relatório: Bodil Valero (A8-0264/2017)*

Relações políticas da UE com a América Latina - *Relatório: Javi López (A8-0268/2017)* 9

Corrupção e direitos humanos em países terceiros - *Relatório: Petras Auštrevičius (A8-0246/2017)*

#### **15:00 - 23:00**

Dieselgate: reforço das normas da UE em matéria de ambiente, saúde e direitos dos consumidores na sequência de recentes ações de Estados-Membros, nomeadamente a Alemanha e a Áustria - *Debate sobre temas de atualidade (n.º 153-A do Regimento)*

Segurança contra incêndios em edifícios - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços - *Relatório: Morten Løkkegaard (A8-0188/2017)*

Extensão do Programa Estatístico Europeu até 2020 - *Relatório: Roberto Gualtieri (A8-0158/2017)*

Fundos europeus de capital de risco e fundos europeus de empreendedorismo social - *Relatório: Sirpa Pietikäinen (A8-0120/2017)*

Furacão Irma - *Declaração da Comissão*

Plano plurianual para as unidades populacionais demersais do mar do Norte e para as pescarias que exploram essas unidades populacionais - *Relatório: Ulrike Rodust (A8-0263/2017)*

Futuro do programa Erasmus+ - *Pergunta oral (O-000062/2017 - B8-0326/2017)* 10

Discussão conjunta - Comércio com o Chile

Modernização do pilar comercial do Acordo de Associação UE-Chile - *Relatório: Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (A8-0267/2017)*

Acordo UE-Chile sobre o comércio de produtos biológicos - *Recomendação: Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (A8-0257/2017)*

Protocolo ao Acordo de Associação UE-Chile (adesão da Croácia) - *Recomendação: Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (A8-0277/2017)*

#### **► Quinta-feira, 14 de Setembro**

#### **08:30 - 11:20**

Nova Agenda de Competências para a Europa - *Relatório: Martina Dlabajová, Momchil Nekov (A8-0276/2017)*

Gasoduto Nordstream 2 - *Declaração da Comissão*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Camboja, nomeadamente o caso de Kem Sokha

Gabão: repressão da oposição

Laos, nomeadamente os casos de Somphone Phimmasone, Lod Thammavong e Soukane Chaithad  
Mianmar, em particular a situação dos roinjas

### **11:30 - 14:00 VOTAÇÃO**

Requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços - *Relatório: Morten Løkkegaard (A8-0188/2017)*

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Acordo UE-Chile sobre o comércio de produtos biológicos - *Recomendação: Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (A8-0257/2017)*

Protocolo ao Acordo de Associação UE-Chile (adesão da Croácia) - *Recomendação: Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (A8-0277/2017)*

Modernização do pilar comercial do Acordo de Associação UE-Chile - *Relatório: Inmaculada Rodríguez-Piñero Fernández (A8-0267/2017)*

Extensão do Programa Estatístico Europeu até 2020 - *Relatório: Roberto Gualtieri (A8-0158/2017)*

Fundos europeus de capital de risco e fundos europeus de empreendedorismo social - *Relatório: Sirpa Pietikäinen (A8-0120/2017)*

Plano plurianual para as unidades populacionais demersais do mar do Norte e para as pescarias que exploram essas unidades populacionais - *Relatório: Ulrike Rodust (A8-0263/2017)*

Criação de um instrumento para a estabilidade e a paz - *Relatório: Arnaud Danjean (A8-0261/2017)*

Transparência, responsabilidade e integridade nas instituições da UE - *Relatório: Sven Giegold (A8-0133/2017)*

Futuro do programa Erasmus+ - *Proposta de resolução*

Nova Agenda de Competências para a Europa - *Relatório: Martina Dlabajová, Momchil Nekov (A8-0276/2017)*

### **15:00 - 16:00**

Interpelações extensas (Artigo 130.º-B do Regimento)

O-000061/2017

O-000063/2017